



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
DO PODER EXECUTIVO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Senhor Presidente,

Conforme o disposto no art. 42, da Constituição Estadual do Estado do Ceará, de 05/10/98, encaminhamos a Vossa Excelência, o Relatório sobre a situação econômico-financeira e administrativa deste Município, relativo ao exercício de 2013.

I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A Lei Federal nº 4.320/64, que prescreve as técnicas dos registros contábeis a serem obedecidos pela União, pelos Estados e Municípios, consubstancia diretrizes para Contabilidade Pública. Tal Contabilidade compreende os registros gerais do exercício, demonstrados pelos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Econômico (ou variações patrimoniais).

A Lei Municipal que aprovou o Orçamento Geral para o Exercício de 2013, com a receita de R\$ 97.169.963,76 (Noventa e Sete Milhões, Cento e Sessenta e Nove Mil e Novecentos e Sessenta e Três Reais e Setenta e Seis Centavos) e uma despesa de idêntico valor, ficando, portanto, constatado perfeito equilíbrio.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias respalda todos os gastos realizados durante o exercício, nos mais diversos aspectos, desde a assistência social aos investimentos, a qual referenda as condutas e ações administrativas executadas, toas consignadas na Lei do orçamento.

Os anexos componentes do Balanço Geral desta Prefeitura apresentam as peças, os elementos necessários para uma efetiva apuração dos dados inseridos nos mesmos, com clareza e evidência.

II – CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO
ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO E PATRIMONIAL

A prefeitura Municipal teve o ingresso em sua receita a quantia de R\$ 91.905.564,06 emergente das seguintes contas orçamentárias:

Receita Tributaria	4.500.976,52
Receita de Contribuições	1.234.384,64
Receita Patrimonial	335.533,83
Receita de Serviços	3.134.466,72

Transferências Correntes	84.992.494,49
Outras Receitas Correntes	2.189.977,77
Alienação de Bens	0,00
Transferências de Capital	1.687.846,59
Outras Receitas de Capital	0,00
Operações de Crédito	0,00
Contas Redutoras	2.474.071,04

Por outro lado a despesa efetivamente realizada no exercício, atingiu a cifra de R\$ 99.151.059,46 assim distribuídos:

Despesas Correntes	92.691.788,51
Despesas de Capital	6.459.270,95

O Balanço Orçamentário apresentou o seguinte desdobramento:

Créditos Orçamentários e Suplementares	102.432.522,83
Créditos Especiais	2.436.203,34
Créditos Extraordinários	0,00
Superávit	0,00
Total	104.868.726,17

O Balanço Financeiro apresentou os seguintes resultados:

Saldo do Exercício Anterior	5.474.947,79
Receita Orçamentária	91.905.564,06
Transferências	14.696.500,94
Receita Extra-orçamentária	19.136.634,52
Total	131.213.647,31

Despesa Orçamentária	99.151.059,46
Transferências	14.697.178,94
Despesa Extra-orçamentária	11.493.186,16
Saldo para o Exercício Seguinte	5.872.222,75
Total	131.213.647,31

O Balanço Patrimonial apresentou os seguintes resultados:

Ativo	
Ativo Financeiro	15.886.920,80
Ativo Permanente	54.446.752,08
Passivo Real a Descoberto	
Total	70.333.672,88

Passivo	
Passivo Financeiro	20.427.612,87
Passivo Permanente	14.794.008,28
Ativo Real Líquido	35.112.051,73
Total	70.333.672,88

As Demonstrações das Variações Patrimoniais, apresentaram os seguintes elementos:

Variações Ativas	
Resultantes da Execução Orçamentária	
Receita Orçamentária	86.245.585,74
Mutações Patrimoniais	5.668.707,97
Independentes da Execução Orçamentária	14.696.500,94
Déficit Verificado	
Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária	
Despesas Correntes	92.691.788,51
Despesas de Capital	6.459.270,95
Mutações Patrimoniais	3.185.035,57
Independentes da Execução Orçamentária	14.697.178,94
Superávit Verificado	
Total Geral	108.318.859,41

A Dívida Fundada Interna apresentou os seguintes saldos:

Parcelamento INSS	14.515.980,36
Outros Parcelamentos	285.955,60
Total	14.801.935,96

A Dívida Flutuante, ficou distribuída de acordo com o anexo XVII.

III – CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Quadro de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, segue anexo.

A remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito obedeceu ao que estabelece a Constituição Estadual.

Considerando as peças complementares, que integram a presente Prestação de Contas, foram estes os principais aspectos administrativos do Município, no decorrer do exercício sob exame.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar protestos de estima e consideração, colocando-nos ao inteiro dispor desse órgão, para quaisquer outros esclarecimentos julgados necessários.

Cordialmente,

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO
 ASS. Luciano Melo de Azevedo
 CPF: 05891876353


 JOSÉ JAIME BEZERRA RODRIGUES JÚNIOR
 Prefeito Municipal de Icó